

1 **Ata 19/2023** – No dia treze do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, oito horas e quinze
2 minutos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
3 Adolescente (CMDCA), na Secretaria de Assistência Social, sito à Avenida Maripá, nº 5077,
4 Centro, em **Reunião Ordinária**, contando com a presença dos seguintes conselheiros/as
5 GESTÃO 2021-2023 e 2023-2025: Diselda Soares da Cunha, Chirlei Echhardt, Maria Inês
6 Borges Mânica, Ires Damian Scuzziato, José Agostinho Ricci, Valéria Medeiros, Carla Patrícia
7 Radtke, Franz Menegasso Patrícia Fabiane Schnorenberger, Wellington Cássio Barbosa da
8 Silveira, Kaira Carla Sikora, Raphael Feliciano, Marcelo Andreas Mendes, Tatiani Finkler
9 Guzzo e Tatiane Vanilse Dreier. Registra-se também a presença de: Samara Villas Boas
10 Gobbi (SMDH), Marília Borges Leite (SMAS), Delezir Luiza Rocha (CT II), Silvana Schneider
11 (CT II), Cássio Dorfschmidt (CT II), Maicon Ricardo Lopes (CT II), Alan Junior Julio (CT I),
12 Juliana Subtil (CT I), Catarina da Rosa, Nayara Galdino Camillo, Irineu Antenor Ludvig e Arceli
13 Justen Camargo. A presidente Ires faz a leitura da **PAUTA: a)** Deliberar pela Ata nº 17/2023;
14 **b)** Deliberar pela escolha do local de atuação dos escolhidos conselheiros tutelares titulares; **c)**
15 Deliberar pelo Calendário de Reuniões Ordinárias do CMDCA para o exercício 2024; **d)**
16 Deliberar pelo Calendário de entrega e apresentação dos Relatórios Bimestrais de Gestão dos
17 Direitos da Criança e do Adolescente para o exercício 2024; **e)** Relatos das Comissões de
18 trabalho do CMDCA; **f)** Relatos dos representantes do CMDCA nas Comissões. **INFORMES:**
19 **a)** Prevenção e combate à dengue; **b)** Central de Conselhos; **c)** Outros informes. A Sra. Ires
20 inicia a reunião cumprimentando todos os presentes especialmente os Conselheiros Tutelares
21 escolhidos, diz que enquanto Conselheiros Tutelares o olhar deles nunca mais será o mesmo
22 frente a uma criança ou adolescente, que começarão a trabalhar dia 10/01/2024 e que já
23 tiveram algumas capacitações e, haverão outras pelo CMDCA e SMDH, mas independente
24 disso, há aulas e cursos disponíveis na internet, Ires agradeceu ao CMDCA, diz que foi um
25 ano que trabalharam bastante, desejou boas festas à todos e que tenham uma boa caminhada
26 em 2024. **Item de Pauta A - Deliberar pela Ata nº 17/2023:** A Sra. Ires pergunta a todos se
27 tem alguma questão a pontuar, não havendo ela pede que os Conselheiros favoráveis de
28 manifestem, e a Ata nº 17/2023 é **aprovada. Item de Pauta B - Deliberar pela escolha do**
29 **local de atuação dos escolhidos conselheiros tutelares titulares:** Os conselheiros
30 tutelares escolhidos procedem a escolha dos locais por ordem de quantidade de votos, do
31 mais votado para o menos votado, como previsto em edital, ficando alocados da seguinte
32 maneira: Alan Junior Julio: Conselho Tutelar II; Maicon Ricardo Lopes: Conselho Tutelar II;
33 Irineu Antenor Ludvig: Conselho Tutelar II; Silvana Correa da Silva Schneider Conselho Tutelar
34 II; Cassio Diego Dorfschmidt Conselho Tutelar II; Delezir Luiza Rocha: Conselho Tutelar I;

35 Nayara Galdino Camillo: Conselho Tutelar I; Juliana Aparecida Subtil: Conselho Tutelar I;
36 Catarina Mendes da Rosa: Conselho Tutelar I; Arceli Justen Camargo: Conselho Tutelar I. A
37 Sra. Ires parabeniza e deseja um bom trabalho a todos. O Sr. Wellington reforça que a posse
38 será no dia 10/01/2024 as 8h30min, no auditório da Prefeitura e, os dez conselheiros
39 presentes, precisam obrigatoriamente estar na posse, caso não compareçam, tem até 24h
40 para apresentar uma justificativa do não comparecimento, justificativa essa que deve ser algo
41 oficial como atestado médico. **Item de Pauta C - Deliberar pelo Calendário de Reuniões**
42 **Ordinárias do CMDCA para o exercício 2024:** A Sra. Ires relembra que as reuniões são
43 sempre nas quartas-feiras do mês, e as reuniões da mesa diretora será sempre na
44 segunda-feira da semana que antecede a reunião. A Sra. Heloísa chama atenção para o mês
45 de dezembro que fica no dia 11/12, segunda quarta-feira do mês em razão do Natal. A Sra.
46 Ires pede que os conselheiros favoráveis se manifestem e o calendário é **aprovado.** **Item de**
47 **Pauta D - Deliberar pelo Calendário de entrega e apresentação dos Relatórios Bimestrais**
48 **de Gestão dos Direitos da Criança e do Adolescente para o exercício 2024:** A Sra. Ires
49 comenta que a mesa diretora está com algumas dúvidas com relação ao relatório, se
50 obrigatoriamente ele precisa ser apresentado bimestralmente, pois, não localizaram nenhum
51 documento com essa informação, porque os relatórios todos para o Tribunal de Contas são
52 quadrimestrais, ela disse que foi pessoalmente no Controle Interno e que eles disseram que
53 apresentam somente a cada quatro meses, mas ela não se sentiu segura e pediram pra ela ir
54 até a Contabilidade, e a Sra. Marisa também apresentou pra ela um artigo que diz que
55 opcionalmente pode ser anexado no relatório de prestação de contas orçamentário, o relatório
56 de gestão. Ela continua dizendo que como não se sentem seguros com relação a esta
57 decisão, pois ninguém bateu o martelo afirmando isso, o o CMDCA vai ainda para o mês de
58 janeiro com o relatório de gestão bimestral e, a partir de fevereiro quando as atividades
59 retornarem, irão se debruçar e definir se será apresentado a cada dois meses ou a cada
60 quatro meses. Então, a Sra. Heloísa sugere a data do dia 24/01/2024 para a apresentação do
61 último relatório bimestral de 2023. A Sra. Ires comenta ainda que surgiu essa ideia do relatório
62 ser apresentado a cada quatro meses, pois, da maneira que é hoje, não há discussão, até me
63 virtude do tempo, mas primeiro precisam ter um parâmetro legal. Ela coloca em deliberação a
64 data de apresentação do relatório em janeiro e esta data é aprovada. A Sra. Ires relata
65 também que fazendo uma análise do edital de chamamento do Processo de Escolha dos
66 Conselhos Tutelares, e não foi colocado um artigo que em caso de desistência o Candidato vai
67 para o último da fila, pois, corre-se o risco de ser necessário realizar um novo processo de
68 escolha de conselheiros tutelares, e isto é bem desgastante, então o Conselho e mesa diretora
69 vão deliberar, inclusive por questão dessa conselheira eleita que pediu pra ir pro final da fila,

70 mas o Conselho é deliberativo, portanto o Conselho vai deliberar, para que quando a pessoa
71 desistir ou ser chamada e não puder assumir, no protocolo de desistência o Conselheiro
72 Tutelar possa apontar que quer ir pro final da fila, o não comparecimento sem justificativa
73 perde a vaga, mas havendo manifestação de interesse, pode ir para o final da fila. A Sra. Ires
74 coloca em deliberação e este encaminhamento é **aprovado. Item de Pauta E - Relatos das**
75 **Comissões de trabalho do CMDCA:** A Sra. Kaira diz que houve contro da Comissão de
76 Socioeducação para avaliar o evento deste ano e planejar do ano que vem., também a
77 Comissão de Revisão da Lei se reuniu. A Sra. Heloísa diz que a Comissão de ética se reuniu
78 para avaliar o encaminhamento de uma denúncia, e eles fizeram alguns encaminhamentos
79 para averiguar esta denúncia, o Sr. Agostinho relata que a própria função da Comissão está
80 sendo analisada. A Sra. Ires pede que no próximo ano seja dado uma prioridade para as
81 Comissões, e também pautar para a reunião de fevereiro reorganizar as comissões. **Item de**
82 **Pauta F - Relatos dos representantes do CMDCA nas Comissões:** A Sra. Tatiane relata
83 que houve reunião da Comissão de Convivência Familiar e Comunitária e estão quase
84 finalizando a parte de projeto, e para o ano que vem tem a proposta de apresentar para o
85 CMDCA, e apresentar as propostas para as universidades que sejam apresentadas para as
86 famílias. A Sra. Ires diz que aproveitando o relato ela passa a palavra para a Sra. Marília
87 apresentar **DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL PARA**
88 **CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE TOLEDO-PR – PÓS PANDEMIA DA**
89 **COVID-19.** Enquanto isso a Sra. Ires diz que foi conversado com o Prof.º Sr. Celito da
90 Unioeste de Marechal Cândido Rondon, está na coordenação do projeto NDIJ, vinculado a
91 Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná, e o Conselho Estadual deliberou o
92 montante de R\$1.000.000,00 para a formação dos NEDIJ, e ele procurou o CMDCA porque
93 haverá a implantação de um NEDIJ aqui em Toledo, e a pesquisa que foi realizada sobre os
94 NEDIJ hoje, foi encontrado que a maioria auxilia no processo jurídico para adolescentes em
95 medida socioeducativa, é um advogado do curso de direito da Unioeste e normalmente um
96 pedagogo que acompanha, e ele procurou o CMDCA porque ele será o coordenador do NEDIJ
97 Toledo que está em processo de implantação, ele disse que já procurou o Ministério Público
98 (MP) para informar as demandas da cidade de Toledo e o MP já informou ele que na nossa
99 comarca o gargalo é o acolhimento de crianças e adolescentes e que a proposta dele é
100 trabalhar com as crianças e adolescentes que estão em acolhimento e o trabalho será
101 realizado por ele e uma psicóloga da PUC, e diz que estão com bastante dúvidas porque é
102 preciso trabalhar a questão das prevenções e não as questões jurídicas em si, e diz que ainda
103 não se sentiram seguros com relação ao que eles querem fazer, portanto eles fizeram a
104 proposta, receberam recurso, mas ainda não tem um entendimento claro do que eles vão

105 fazer. A Sra. Marília diz que entendeu que o trabalho a ser realizado por eles é parecido com o
106 trabalho do NUMAPE, como o Estado do Paraná não possui Defensoria Pública, ocorreria o
107 encaminhamento das famílias em que houve o acolhimento institucional de crianças e
108 adolescentes para o NEDIJ para dar esse apoio jurídico, portanto não atende a necessidade
109 atual que é a prevenção, o que foi proposto pela comissão, portanto eles atenderão as
110 famílias, mas não muda em nada os fluxos atuais. Neste momento da reunião a Sra. Marilia
111 solicitou a disponibilidade para apresentar o Diagnóstico dos Serviços de Acolhimento
112 Institucional para Crianças e Adolescentes do município de Toledo-PR- Pós pandemia da
113 Covid-19 conforme solicitado por Ofício por este Conselho, visto que na reunião realizada no
114 mês de novembro os conselheiros do CMDCA discutiram a preocupação com o alto número de
115 crianças e adolescentes inseridos nos Serviços de Acolhimento Institucional, mesmo que
116 conforme ressaltado por Marilia os dados já foram apresentados no CMDCA. Para além da
117 ciência sobre os dados, a apresentação do Diagnóstico tem por objetivo munir o CMDCA de
118 informações sobre este tema, visto que o Ministério Público encaminhou um documento para a
119 Secretaria Municipal de Assistência Social e para este Conselho questionando se o Conselho
120 tem acompanhado estes dados e também colocando alguns apontamentos que geraram uma
121 Ação Civil Pública para o município. Um dos aspectos pontuados na Ação Civil Pública é de
122 que o número exacerbado de acolhimentos institucionais seja consequência das famílias
123 estarem em demanda reprimida para acesso ao Cadastro Único para Programas Sociais e
124 portanto, uma falha na porta de entrada da proteção social. Em relação à isso, Marilia
125 esclareceu que o Cadastro Único é para famílias com renda de até três salários mínimos, que
126 o município tinha uma demanda reprimida até pouco tempo, mas que já foi elaborada resposta
127 em relação à Ação Civil com todas as informações solicitadas. A Sra. Carla explicou que o
128 aumento da demanda reprimida para o Cadastro Único se deu em razão da pandemia e do
129 surgimento de novos programas, mas que sempre houve a inscrição no Cadastro Único, nunca
130 parou de ter inscrição, porém houve um aumento na demanda. A Sra. Marília iniciou a
131 apresentação do Diagnóstico ressaltando que o aumento exponencial do número de crianças e
132 adolescentes inseridos nos Serviços de Acolhimento Institucional tem relação direta com a
133 pandemia e isso pode ser constatado pelos dados, primeiramente porque neste período
134 crianças e adolescentes permaneceram em suas casas e situações de violação de direitos se
135 agravaram e, além disso, as crianças e adolescentes não acessaram as políticas públicas, o
136 que pode ter dificultado a identificação de situações de violência. Em complementaridade,
137 Marilia afirmou que somente à título de informe estão em andamento 8(oito) Ações Cíveis
138 Públicas em face do município, sendo que na alta complexidade as Ações são em relação à
139 Casa Abrigo Menino Jesus I (CAMJI), Casa Abrigo Menino Jesus II(CAMJII), Casa Abrigo para

140 Adolescentes (CAA) e Casa de Passagem, sendo que nesta última há o apontamento sobre o
141 atendimento de crianças e adolescentes na unidade e o registro no Serviço no CMDCA, ao
142 que Marília afirmou que o Município fez a resposta com a justificativa de que o acolhimento
143 institucional executado na Casa de Passagem é para adultos e famílias e, portanto, deve ter a
144 inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que foi realizada pesquisa e
145 nenhuma Casa de Passagem do Paraná tem registro no CMDCA, visto que se trata de serviço
146 socioassistencial. A partir disso, foi iniciada a apresentação do Diagnóstico, ao que Marília
147 pontuou que os primeiros dados foram levantados em outubro de 2022 após meses sequentes
148 de atendimento ao número superior à capacidade nas unidades de acolhimento institucional
149 para crianças e adolescentes e é realizado comparativo do período de 10(dez) meses, sendo
150 que se pretende realizar a atualização para contemplar o período de 1 ano. Conforme os
151 dados de 2022 havia na CAMJI - 20 crianças e adolescentes, CAMJII - 25 crianças e na CAA –
152 16, sendo que cada unidade tinha capacidade para atender 20 crianças e adolescentes. Sendo
153 que no gráfico que apresenta o comparativo evidenciou-se que no período de 10 meses
154 passaram pelas unidades o seguinte quantitativo: CAMJI - 45 crianças e adolescentes, CAMJII
155 - 57 crianças e na CAA – 57, sendo que o alto número na CAA se justifica pelo fato de não
156 possuir vagas nas demais unidades. A Sra. Diselda perguntou se essas crianças e
157 adolescentes permanecem todas lá, e a Sra. Marília explica que não, porque o serviço de
158 acolhimento institucional é provisório e o trabalho realizado busca garantir pela equipe técnica
159 e tem também uma avaliação, havendo crianças que ficam meses, outras que ficam anos e
160 que isso varia muito, situações que no acompanhamento verifica-se que não é a medida
161 correta então já se trabalha o desligamento, por isso têm essa mudança. Outro dado
162 apresentado na Diagnóstico se refere à faixa etária dos atendidos, sendo que por decisão
163 administrativa há a referência de faixas etárias por unidade conforme especificação: CAMJ I: 6
164 a 12 anos, CAMJ II: 0 a 6 anos e CAA de 12 a 18 anos incompletos, mas que, como não
165 podem ocorrer a separação de grupos de irmãos, houve o acolhimento de todas as faixas
166 etárias em todas as unidades. Outro dado levantado se referiu às inserções no Serviço de
167 grupos de irmãos, sendo que na CAMJ I houve a inserção de 7 grupos de dois irmãos, na
168 CAMJ II 3 grupos de dois irmãos e na CAA 10 grupos de dois irmãos; para além disso, houve
169 grupos de três irmãos, de quatro irmãos, grupo de cinco irmãos e um grupo de sete irmãos, o
170 que dificulta o processo de planejamento do atendimento, visto que apesar de uma unidade ter
171 capacidade de atendimento, essa realidade pode ser alterada a qualquer momento a partir das
172 demandas de inserção. Em relação ao gráfico que apresenta informações sobre o mês de
173 inserção no Serviço de Acolhimento Institucional, Marília apresentou que a partir do mês de
174 março de 2022 em todos os meses houve inserções e que antes da pandemia haviam meses

175 sem nenhum acolhimento. Destacou que no mês de junho de 2023 ocorreram 18
176 acolhimentos, é como se neste mês fosse necessário ter mais uma unidade para atender a
177 demanda. Sobre as formas de acolhimento institucional, ela afirmou que há duas formas, uma
178 que é quando a rede de proteção (Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, saúde, educação e
179 outros) atendem a família, estruturam o processo de planejamento e através de estudos em
180 rede apontam a necessidade de realizar o acolhimento institucional mediante o
181 encaminhamento para a Vara da Infância e Juventude que analisa e pode aplicar a referida
182 medida de proteção por determinação judicial e há a forma de acolhimento institucional de
183 urgência, quando o Conselho Tutelar é acionado pela rede de proteção ou comunidade em
184 geral e a criança ou adolescente está com uma situação evidente de violência como exemplo
185 violência física ou alguma situação de violência sexual em que há uma necessidade urgente
186 de garantir a proteção devido não identificar demais familiares ou rede de apoio e
187 posteriormente serão realizadas as demais providências junto à família. Neste sentido tem-se
188 os seguintes dados, em outubro de 2022 houveram por determinação judicial na CAMJ I 5
189 acolhimentos e de urgência 15, portanto um número alto de urgência, na CAMJ II 6
190 acolhimentos por determinação judicial e 6 de urgência, dados semelhantes e CAA 10
191 acolhimentos por determinação judicial e 6 de urgência. Já os dados de julho de 2023
192 evidenciam que CAMJ I foram realizados 4 acolhimentos por determinação judicial e 21 de
193 urgência, na CAMJ II 9 por determinação judicial e 23 urgência e na CAA 5 por determinação
194 judicial e 36 de urgência. Esse dado é muito preocupante, pois demonstra que ou a rede não
195 está atendendo ou acompanhando a criança/adolescente e sua família antes do agravamento
196 das violações ou tem-se padronizado a prática de realização de acolhimentos institucionais na
197 forma de urgência, sendo que no momento o maior desafio pra toda rede de proteção é
198 mudarmos este indicador. A Sra. Carla esclareceu para ciência dos conselheiros que na Casa
199 Abrigo para Adolescentes há o dado alto de inserções na forma de urgência, mas que trata-se
200 de crianças e adolescentes, não somente adolescentes. Com objetivo de ampliar a análise em
201 relação às famílias das crianças e adolescentes acolhidos, sobre serem famílias residentes em
202 Toledo, a maioria são. Sobre serem famílias atendidas/ acompanhadas pela rede de proteção,
203 a maioria são. Sobre os bairros de residência das famílias, a região do Jardim Panorama e
204 São Francisco é a região que mais tem acolhimentos, seguida do Jardim Europa/América, e,
205 que apesar de um número pequeno, o interior aparece nos dados de acolhimento, ao que a
206 Sra. Carla chama atenção que foi no meio da pandemia que surgiu o CRAS Itinerante, então
207 os serviços e o olhar dos profissionais chegou neste momento. O Sr. Irineu comenta que
208 houve um aumento dos imigrantes aqui em Toledo e se tem alguma relação com o número de
209 acolhimentos, ao que Sra. Marília respondeu que a princípio não tem relação, pois somente a

210 título de informação das 94 crianças e adolescentes acolhidos apenas 1 é imigrante, não
211 sendo um dado expressivo. Ela continua dizendo que, apesar de ter se passado um tempo do
212 final da pandemia e que exista uma alegação de não haver relação do aumento exponencial
213 do número de crianças e adolescentes inseridos no Serviço, a relação existe e isso se justifica
214 ao apresentar os quadros sobre a ocorrência das violências, pois antes da pandemia as
215 crianças eram acolhidas por uma ou duas situações de violência e agora as violências são
216 várias, conforme exposto CAMJ I Negligência em saúde 12, Negligência em alimentação 14,
217 Negligência em educação 33, Negligência - risco à vida 1, Negligência - condições de higiene
218 8, Abandono 21, Violência física 22, Violência psicológica 18, Violência sexual 5, Trabalho
219 infantil 1, Cárcere privado 4, Reclusão do responsável 2, neste momento ela trouxe para
220 reflexão o quão complexo é o caso de reclusão de responsável e identificarmos que não há
221 família extensa, outros vínculos ou padrinhos/madrinhas que possam desempenhar esse papel
222 protetivo e por isso esta tem sido uma das discussões da Comissão de Convivência Familiar e
223 Comunitária para pensar estratégias de solução deste problema; Exposição ao uso de drogas
224 9 e Ambiente insalubre 6. Os dados da CAMJ II evidenciam as seguintes ocorrências
225 Negligência em saúde 7, Negligência em saúde gestacional 7, Negligência em educação 5,
226 Negligência em cuidados básicos 10, Abandono 3, Violência física 9, Violência psicológica 13,
227 Exposição ao uso de drogas 8, Situação de rua 1. Os dados da Casa Abrigo para
228 Adolescentes evidenciam os dados Negligência em saúde 8, Autonegligência (saúde
229 gestacional) 2, Negligência em cuidados básicos 10, Negligência em alimentação 9,
230 Negligência em educação 6, Abandono 17, Violência doméstica 6, Violência física 28,
231 Violência psicológica 32, Violência sexual 20, Trabalho infantil 5, Exposição ao uso de drogas
232 7, Exposição à ambiente de risco 13, Falecimento do responsável 2, Negligência - condições
233 de higiene 6. Outro dado apresentado se refere aos desligamentos do Serviço de Acolhimento
234 Institucional, sendo que foram identificados retorno para família de origem 25, colocação sob
235 guarda 1, evasão 2, colocação em família natural 4, colocação em família substituta 5,
236 colocação em família extensa 8 e medida revogada 1. Esse é o dado pontuado por Marília
237 como o mais relevante de todo o Diagnóstico, isso porque ele evidencia que a grande maioria
238 das crianças e adolescentes retornaram para duas famílias e que é possível e temos que
239 priorizar o atendimento/acompanhamento das famílias antes do acolhimento institucional e
240 isso nos remete à necessidade de voltar para a base das políticas públicas, por isso já foi
241 realizada a apresentação do Diagnóstico e problematização em reunião com os Conselhos
242 Tutelares, reunião com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), reunião com o
243 CMDCA e novamente neste momento, reunião com os trabalhadores da Política de
244 Assistência Social, e serão realizadas reunião no primeiro semestre de 2024 com os

245 representantes das Políticas da Educação e Saúde. A proposta das reuniões é discutir os
246 diversos fatores que delinearão essa realidade e estruturar estratégias para enfrentamento.
247 Uma das estratégias já em execução foi a implantação da Comissão Municipal de Análise
248 Técnica para Estudo Pré-Acolhimento de Crianças e Adolescentes conforme experiência
249 realizada pelo município de Cascavel, sendo que a Comissão recebe encaminhamentos dos
250 Conselhos Tutelares , Ministério Público, Vara da Infância e Juventude e rede de atendimento
251 e essa Comissão composta por representantes das políticas de saúde, educação, assistência
252 e desenvolvimento humano irão discutir os casos e articular o atendimento/acompanhamento
253 das famílias para que haja o esgotamento das possibilidades e só então o acolhimento
254 institucional seja realizado, a proposta não é acabar com todos os acolhimentos na forma de
255 urgência, mas que não seja a maioria dos casos. Ela continua a apresentação e fala sobre o
256 porquê da preocupação, que em 2021 houve 54 acolhimentos, em 2022 foram 119 e 2023
257 foram 136 acolhimentos até novembro, sendo que a situação se agravou e gerou muita
258 preocupação, pois entre os meses de outubro e novembro de 2023, em quinze dias foram
259 realizados 19 acolhimentos frente a isso surgiu a ideia de buscar a experiência de Cascavel e
260 montaram essa Comissão. Outros gráficos apresentados se tratam dos dados em relação às
261 unidades que atendiam/acompanhavam as famílias no momento de inserção no Serviço de
262 Acolhimento Institucional conforme segue, na CAMJ I, foram 40 famílias em acompanhamento
263 e dessas Conselho Tutelar, CRAS e CREAS 4; Conselho Tutelar, CRAS, Educação e CAPS II
264 1; Conselho Tutelar, CRAS, CREAS e Educação 18; Conselho Tutelar e CRAS 3; CRAS 8;
265 CRAS e UBS 1; CRAS e Educação 1; CRAS, CREAS, UBS, Educação e CAPS AD 4. Na
266 CAMJ II – famílias acompanhadas pela rede 47: Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, Educação,
267 ESF, CAPS AD 2; Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, Educação, ESF, CAPS AD, Ambulatório
268 Materno Infantil 2; Conselho Tutelar, CRAS, Educação, ESF, CAPS II, Ambulatório de Saúde
269 Mental 3; Conselho Tutelar, CRAS, UBS, Casa de Passagem 2; Conselho Tutelar, CRAS,
270 ESF, CMEI 1 Conselho Tutelar, CRAS, CMEI 2 Conselho Tutelar, CRAS, CREAS e UBS 1;
271 Conselho Tutelar, CRAS, UBS, Educação-CMEI, Ambulatório de Saúde Mental 2; Conselho
272 Tutelar, CRAS e Educação 1 ; Conselho Tutelar, CRAS, ESF 3; Conselho; Tutelar, CRAS, ESF
273 e CAPS AD 2; Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, UBS e CAPS AD 1; Conselho Tutelar,
274 CRAS, SCFV e ESF 3; Conselho Tutelar, ESF, CISCOPAR 3; CRAS 1; CRAS e CREAS 1;
275 CRAS, CREAS e UBS 1; CRAS, CREAS, UBS e CAPS AD 6; CRAS, CREAS, Educação, UBS
276 e CAPSAD 5; CRAS, ESF e CAPS AD 1; CRAS, UBS, Ambulatório Materno Infantil e CAPS
277 AD 3; UBS e AMI 1. Em relação à CAA – famílias acompanhadas pela rede 24: Conselho
278 Tutelar, CRAS e CREAS 3; Conselho Tutelar e UBS 2; Conselho Tutelar e CRAS 2; Conselho
279 Tutelar, CRAS, CREAS e Educação 1; Conselho Tutelar e CREAS 3; CRAS, UBS e NUMAPE

280 4; CRAS e CREAS 3; CRAS, CREAS e UBS 1; CREAS 2; CREAS, UBS e Ambulatório
281 Materno Infantil 1; CREAS, UBS e CAPSi 1; Abordagem Social (CREAS) 1. Para finalizar a
282 apresentação dos dados, Marília apresentou o quadro que demonstra que na CAMJI há 30
283 crianças e adolescentes acolhidos e 16 em acompanhamento pós desligamento, na CAMJ II
284 há 20 crianças acolhidas e 6 em acompanhamento pós desligamento, na CAA há 25 crianças
285 e adolescentes acolhidos e 20 crianças e adolescentes em acompanhamento pós
286 desligamento e na CAMJ III há 18 crianças acolhidas e 5 crianças em acompanhamento pós
287 desligamento. Aproveitando a oportunidade, a Sra. Marília então mostra aos presentes o
288 decreto da Comissão Municipal de Análise Técnica para o Acolhimento, e informou que as
289 secretarias e órgãos precisam indicar para eles quem vai compor a comissão, e que foi
290 realizada reunião com os conselhos tutelares e que foi muito produtiva no sentido
291 repensarmos a atuação. Informou que na próxima semana será a primeira reunião da
292 Comissão que estudará os casos com maior potencial de acolhimento institucional e repensar
293 esse atendimento, pois a capacidade de atendimento foi aumentada em 30% mas os
294 acolhimentos aumentaram em 42% e o objetivo não é criar um novo serviço, mas sim fazer o
295 trabalho anterior feito por toda a rede de atendimento, e fazendo um comparativo ela comenta
296 que em setembro de 2022 iriam desligar 7 e entrar 12, sendo um aumento de 42%, e agora e
297 novembro de 2023 a estimativa é desligar 6 e entrar 28, representando um aumento de 78% e
298 essa capacidade nunca será alcançada, por isso é importante esse trabalho da Comissão. A
299 Sra. Ires relata então que, o CMDCA foi oficiado para indicar representantes titular e suplente,
300 e que o titular será ela enquanto presidente, mas o suplente não pode ser o vice pois ele já
301 está na comissão representando a SMDH, portando, precisa indicar um suplente. Ela diz que
302 está achando a Comissão um pouco grande, mas que todos os municípios que criaram essa
303 comissão reduziram os acolhimentos em mais de 50%. A Sra. Marília diz que as reuniões a
304 partir de janeiro serão quinzenais e por isso a importância de ter suplente, para poder
305 revezar. Ela diz também que o Ministério Público questionou o CMDCA e a Secretaria de
306 Assistência Social sobre os dados de acolhimento, solicitando quais as alternativas, quais as
307 propostas que o município tem e questionou sobre o acolhimento familiar – família acolhedora.
308 Ela continua dizendo que a legislação diz que o acolhimento pode ser familiar ou institucional,
309 e o acolhimento familiar que chama família acolhedora. Ela relata que neste programa, em
310 resumo, essa criança/adolescente sai da família dela e é colocada em uma família acolhedora,
311 que está cadastrada no programa e que esta família recebe recurso financeiro para cuidar
312 desta criança/adolescente. Marília relatou que em 2010 a Comissão Técnica do CMAS
313 elaborou um estudo explicando porque Toledo não teria naquele momento aquela modalidade
314 de atendimento e as justificativas foram que devido a complexidade do atendimento, que o

315 município tem as unidades e que elas desempenham um trabalho satisfatório e que entendia
316 que o município teria que assumir e manter este serviço, assim como tem feito até este
317 momento. A Sra. Marília diz ainda que, naquele momento, foi uma solicitação da Corregedoria
318 para os juízes do Estado do Paraná e por isso foi elaborado este documento, embasado
319 tecnicamente, com justificativa do número de atendimentos, porém o questionamento agora é,
320 que havendo três ações civil públicas em aberto relacionadas ao acolhimento institucional,
321 porque ainda não foi implantado família acolhedora no município. Marília pontuou que a mesa
322 diretora do CMDCA vai discutir e elaborar a resposta, mas enquanto Secretaria Municipal de
323 Assistência Social a resposta é que foram até o município de Cascavel e apesar de terem ido
324 até lá com a mente aberta para aprender, ainda têm várias questões complexas em relação à
325 esta modalidade de acolhimento, porque Cascavel têm 350 crianças e adolescentes em
326 famílias acolhedoras e existe um abrigo institucional governamental e um abrigo institucional
327 não governamental e quem vai para as instituições são as crianças e adolescentes que
328 nenhuma família conseguiu dar conta, então a instituição fica somente para essas situações.
329 Outra questão é que tem-se a prerrogativa legal de que o Programa Família Acolhedora busca
330 garantir o contato da crianças e adolescente com uma família, porém houve relatos de
331 adolescentes que já passaram por 7(sete) famílias, situações de ocorrência de violências e
332 violações de direitos, famílias que acolheram quatro crianças e, portanto, recebem mais de
333 R\$5.000,00 sendo que o Programa passa a ser utilizado como forma de subsistência de
334 famílias em situação de pobreza. A Sra. Valéria diz que há relatos de famílias que os pais
335 pediram demissão para viver do dinheiro da família acolhedora e também o dinheiro sai dos
336 cofres públicos e nunca há uma forma de prestação de contas, ela diz que já atendeu uma
337 família que era família acolhedora e a pessoa acolhida não tinha nem roupas e um dia ela
338 questionou e a pessoa respondeu que não tinha dinheiro para comprar roupas, sendo que a
339 família recebe pra isso pra onde ia esse dinheiro? A Sra. Ires diz que o programa família
340 acolhedora deveria ser aplicada somente em cidades pequenas onde tem poucos casos com
341 necessidade de acolhimento e mesmo assim não funciona, porque todos sabem que aquela
342 família é família acolhedora e a criança ou adolescente volta pra casa, pois, são todos vizinhos
343 e se conhecem e também é um programa opcional, que o MP e o Judiciário não têm poder de
344 fazer com que o município crie programas. A Sra. Marília afirmou que se o Poder Judiciário
345 determinar que o município precisará implantar a modalidade de acolhimento familiar, o
346 município terá que implantar, sendo necessário o CMDCA tome ciência e acompanhe este
347 processo. Marília ressaltou que o custo para o município do comparativo dos serviços é bem
348 mais barato manter o Programa Família Acolhedora em detrimento ao acolhimento
349 institucional, mas, a exemplo do apadrinhamento afetivo, houve a inscrição de 7(sete) famílias,

350 mas somente duas estavam aptas. A Sra. Carla chama atenção para isso, que, se no caso do
351 apadrinhamento afetivo já foi difícil achar famílias em condições, com a família acolhedora
352 seria o mesmo, e na dificuldade de encontrar famílias os critérios seriam diminuídos e
353 aconteceria como foi em Cascavel, que começou com a critério de ser uma criança por família
354 e hoje tem famílias com quatro crianças. Após mais alguns debates, a Sra. Ires diz que a
355 discussão sobre acolhimento sempre mobiliza muitas discussões, mas pede que sigam em
356 frente para completar a pauta. O Sr. Wellington parabeniza a Secretaria de Assistência Social,
357 especialmente o departamento da Sra. Marília pelo excelente diagnóstico. **Item de Informes A**
358 **- Prevenção e combate à dengue:** O Sr. Wellington diz que a responsável pela apresentação
359 tem outra reunião na Regional de Saúde, portanto não pode comparecer e agendará em uma
360 próxima reunião. **Item de Informes - B Central de Conselhos:** A Sra. Ires diz que pela
361 discussão que houve na reunião da mesa diretora, ela não sabe como a equipe de
362 engenheiros da prefeitura autorizou a locação daquele espaço, porque o espaço sequer tem
363 possibilidade de fazer acessibilidade, portanto, já está decidido tanto pelo Conselho quanto
364 pela Secretaria de Políticas para Infância, Juventude, Mulher, Família e Desenvolvimento
365 Humano (SMDH) pois, não tem como uma secretaria que trata de direitos humanos falar de
366 direitos em um local que sequer tem acessibilidade. Ela diz então que os Conselhos de
367 Direitos vinculados à SMDH não ocupariam mais aquele espaço, e a alternativa é fazer as
368 reuniões ordinárias do CMDCA em um dos Centros da Juventude (CJU). A Sra. Ires diz que
369 reuniões nos CJUs já receberam críticas pela distância, portanto ela sugere que como local
370 fixo seja nos CJUs, mas a Sra. Patrícia já disponibilizou a escola de governo que funciona
371 junto com a Secretaria de Educação (SMED), deixando agendada uma sala para todas as
372 reuniões no ano no CMDCA. O Sr. Wellington relata que o espaço alugado para a central de
373 conselhos eram duas salas diferentes, uma era mantida pela SMDH, aluguel, água, luz e
374 outras custas, e a outra pela Secretaria de Saúde pelo Conselho de Saúde e que, enquanto
375 Secretaria buscaram a arquiteta da prefeitura para fazer um projeto e ajustas a acessibilidade
376 daquela sala, e o relatório apontou que seria necessário trocar toda a calçada na frente,
377 porque ela não está em conformidade com as normas municipais, além disso, a rampa hoje é
378 da porta para calçada e isso não é permitido em projetos arquitetônicos, deveria ser da porta
379 para dentro, o que resulta na necessidade de retirar toda a parede frontal, para colocar a
380 parece a rampa pra dentro, e a rampa terminaria quase no meio da sala e, além de ser um
381 gasto significativo de valor, como é uma sede alugada, o projeto deveria ser encaminhado e
382 autorizado pela câmara de vereadores, explicando que ao fim do contrato, a sala deveria ser
383 devolvida como foi alugada, então, perder-se-ia todo o recurso investido, pois não seria
384 voltado para o patrimônio público, o proprietário ainda teria que permitir e ele quer a sala do

385 jeito que ele alugou e seria extremamente inviável enquanto SMDH permanecer naquela sala
386 por isso, será encerrado o contrato daquela sala. Ele continua dizendo que o Conselho de
387 Saúde tem interesse em permanecer naquela sala e não na que eles estavam antes, então,
388 aquela sala será utilizada por eles e que, enquanto administração pública, será garantido um
389 espaço para as reuniões e organização profissional e hoje tem um espaço da secretaria que
390 são os dois CJUs, e a prioridade de utilização é o CJU Coopagro, porque tem estacionamento,
391 climatização, e é uma sala mais acolhedora. Diz que, como foi apontado que seria um pouco
392 longe, mas ele não acha que isso seja motivo, foi proposto uma sala da SMED por ser mais
393 central, mas terá reclamação porque é difícil estacionar lá, portanto, a SMDH como
394 administração pública está garantindo um espaço do CJU Coopagro, mas entende-se que
395 poderá ser também na SMED e, vale lembrar que este Conselho indicou a necessidade de
396 conhecer os espaços vinculados ao Conselho, então fazemos reuniões nas Organizações da
397 Sociedade Civil, bem como nas secretarias, por isso hoje estão na SMAS, e podem fazer m
398 outros lugares. A Sra. Carla diz que acha importante que tenha um local fixo para as reuniões
399 e, quando surgir a possibilidade de um outro local alterarem para a data. A Sra. Ires diz que,
400 como este item veio como informe, seja debatido e decidido por um local em um outro
401 momento, quando tiverem uma posição por escrito da Secretária de Recursos Humanos. A
402 Sra. Heloísa diz que a SMDH oficiou os cinco conselhos vinculados, explicando a
403 disponibilidade do CJU Coopagro, mas que a Sra. Patrícia já deixou reservado o espaço da
404 Escola de Governo, não tem necessidade de enviar ofício, talvez fazer uma deliberação
405 explicando que as reuniões serão preferencialmente na Escola de Governo, mas não pode
406 definir lá como espaço fixo pois, quem disponibiliza o espaço é a SMDH e se for definido isso,
407 então enviar ofício para a Escola de Governo fazendo o agendamento. **Item de Informes C -**
408 **Outros informes:** A Sra. Ires relembra que no dia 10/01/2024 será a posse dos novos
409 Conselheiros Tutelares e todos estão convidados e que a próxima reunião ordinária será no
410 dia 24/01/2024 na Escola de Governo, anexo a Secretaria de Educação. A Sra. Ires declara a
411 pauta completada, agradece a presença de todos e encerra a reunião. Nada mais havendo a
412 tratar, eu, Jaina Caroline Lunkes, encerro a presente ata, a qual será encaminhada por e-mail
413 aos conselheiros/as pela secretaria-executiva dos conselhos, para apontamentos de eventuais
414 retificações, e na próxima reunião ordinária deste conselho a ata será aprovada e assinada
415 pelos presentes.